

DISCUTINDO O *TEMPO* EM AULAS DE SOCIOLOGIA: DESNATURALIZAÇÃO, ESTRANHAMENTO E RELATIVIZAÇÃO SOB UM OLHAR ANTROPOLÓGICO¹

Paloma Maria Rodrigues Augusto*

RESUMO: Neste artigo, analisarei e comentarei diferentes concepções de tempo e temporalidades apresentadas pelo antropólogo inglês Edward Evan Evans-Pritchard em seu clássico estudo sobre os *Nuer* e pelo historiador francês Jacques Le Goff em *A Civilização do Ocidente Medieval* e *Para um Novo Conceito de Idade Média*, frutos de seus estudos sobre a sociedade medieval. Com isso, objetivo apresentar como possível metodologia de trabalho para as aulas de Sociologia no ensino médio a identificação de outros possíveis vínculos estabelecidos com o tempo, de acordo com o que nos apontam os ensaios dos referidos autores, para levar os alunos do ensino médio a um processo de desnaturalização, estranhamento e relativização a partir de uma dimensão tão naturalizada em nossa vida social: a dimensão do tempo. Dessa forma, buscarei apresentar uma proposta didática na qual se procura evidenciar uma possível contribuição da perspectiva antropológica para as aulas de Sociologia no Ensino Médio.

Palavras-chave: Estranhamento; Desnaturalização; Relativização; Sociologia no Ensino Médio; Temporalidades.

ABSTRACT: In this article I will analyze and comment on different conceptions of time and temporalities presented by the English anthropologist Edward Evan Evans-Pritchard in his classic study of the Nuer and by French historian Jacques Le Goff in *The Civilization of the Medieval West* and *Time, work and culture in the Middle Ages [Pour un autre Moyen Age]*, the result of their studies on medieval Society. I will present as a possible working methodology for sociology classes in high school the identification of other possible links established over time, according to the essays of the These authors, to lead high school students to a process of denaturalization, strangeness and relativization from a naturalized dimension in our social life: the dimension of time. Thus, I will try to present a didactic proposal which seeks to highlight a possible contribution from the anthropological perspective to the sociology classes in high school.

Keywords: Strangeness; Denaturalization; Relativization; High school sociology; Temporalities.

Introdução

¹ Este artigo se serviu das reflexões trazidas pelo diálogo com a professora Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti durante curso que ministrou no IFCS, ao qual pude acompanhar, devendo a ela meu agradecimento.

* Doutoranda e mestre em Antropologia pela UFF. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pelo IFCS-UFRJ. Professora de Sociologia na educação básica, já tendo atuado na rede particular de ensino, e ex-tutora do CEDERJ/UFF atuando na formação de professores da educação básica. Email: palomariaugusto@gmail.com
Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 17-26.

*Por seres tão inventivo e pareceres contínuo
És um dos deuses mais lindos (tempo, tempo, tempo, tempo).
Que sejas ainda mais vivo no som do meu estribilho
Ouve bem o que te digo (tempo, tempo, tempo, tempo):
Peço-te o prazer legítimo e o movimento preciso
Quando o tempo for propício (tempo, tempo, tempo, tempo)
De modo que o meu espírito ganhe um brilho definido
E eu espalhe benefícios (tempo, tempo, tempo, tempo).
O que usaremos pra isso fica guardado em sigilo,
Apenas contigo e comigo (tempo, tempo, tempo, tempo)
E quando eu tiver saído para fora do teu círculo
Não serei nem terás sido (tempo, tempo, tempo, tempo)
Ainda assim acredito ser possível reunirmo-nos
Num outro nível de vínculo (tempo, tempo, tempo, tempo).
(Oração ao Tempo, Caetano Veloso)*

Conforme aponta o antropólogo José Carlos Rodrigues em *Antropologia e Comunicação: princípios radicais*, “se os canais pelos quais os homens captam informações sobre o mundo exterior estão culturalmente codificados, com muito mais razão podemos compreender que o estejam as categorias intelectuais por intermédio das quais essas informações são processadas” (RODRIGUES, 1989, p.139).

Seguindo este raciocínio, neste mesmo texto Rodrigues faz referência ao esforço de autores como Durkheim e Mauss para demonstrarem as origens sociais de “categorias do entendimento”, que não resultam da “preexistência nas mentalidades individuais” nem derivam de experiências absolutamente singulares dos indivíduos. Para exemplificar sua argumentação, o autor nos apresenta uma breve reflexão sobre noções como “espaço” e “tempo” e é sobre esta última noção que trata o presente artigo.

A seguir, partirei da referida reflexão de Rodrigues para em seguida analisar e comentar diferentes concepções de tempo e temporalidades apresentadas por E. E. Evans-Pritchard em seu clássico estudo sobre os *Nuer* e por Jacques Le Goff em *A Civilização do Ocidente Medieval* e *Para um Novo Conceito de Idade Média*, frutos de seus estudos sobre a sociedade medieval.

Meu objetivo é apresentar como possível metodologia de trabalho para aulas de Sociologia no ensino médio a identificação de outros possíveis vínculos estabelecidos com o tempo, de acordo com o que nos apontam os ensaios dos referidos autores, clássicos das Ciências Sociais, partindo de um olhar antropológico para levar os alunos do ensino médio a um processo de desnaturalização, estranhamento e relativização a partir de uma dimensão tão naturalizada em nossa vida social: o tempo.

1. Uma breve reflexão sobre o tempo

Ao tratar do esforço de autores como Durkheim e Mauss na demonstração das origens sociais de “categorias do entendimento”, José Carlos Rodrigues acaba dando origem a uma breve reflexão sobre a noção de “tempo” em seu livro *Antropologia e Comunicação*, que interessa bastante ao objetivo deste artigo. O autor procura apresentar o quanto o conceito de tempo das sociedades modernas industriais contrasta com outros conceitos de tempo, como aquele anteriormente existente em uma sociedade com ritmo de vida predominantemente rural, em que os dias acabavam por ser “medidos pelo nascimento e pelo pôr do sol, os anos e meses pela sucessão de plantios e colheitas, pelas folhas que caíam ou pelo gelo que derretia” (RODRIGUES, 1989, p.139), sendo o tempo considerado “um processo de transformações naturais cíclicas” (*ibidem*).

Rodrigues sugere ainda que pode haver um “rigoroso paralelismo” entre a ascensão do capitalismo industrial e da história dos relógios, lembrando uma interessante passagem de *O Tempo de trabalho na “crise” do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno*, capítulo do livro *Para um novo conceito de idade média* de Jacques Le Goff (1980). O antropólogo brasileiro explica o quanto está internalizada em nós a moderna concepção de tempo, a ponto de nos levar a crer que esta *nossa* concepção ocidental moderna de tempo se trata de um “dato natural”, como se de fato e universalmente existissem horas, minutos e segundos ou ainda presente, passado e futuro. Essa crença nos leva, segundo o autor, a uma impressão de que em outras sociedades não existe um “senso de tempo”, apenas por possuírem seus membros distintas concepções de tempo ou, como poderíamos chamar inspirados na *Oração ao Tempo* de Caetano Veloso, um “outro nível de vínculo” com o tempo.

Esta naturalização de nosso modo de compreender o tempo pode e deve ser confrontada nas aulas de Sociologia no ensino médio, com discussões e exemplificações sobre outros modos de se compreender o tempo, a fim de levar os alunos deste nível de ensino a uma desnaturalização, a um estranhamento e, enfim, a uma relativização, a partir deste tema em foco.

Uma das concepções que serve ao professor de Sociologia com este objetivo é a concepção de tempo dos Nuer, à qual recorre o próprio José Carlos Rodrigues para exemplificar sua afirmação. Este antropólogo evidencia que aos Nuer não faz sentido a nossa concepção de

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 17-26.

tempo, algo que “passa” e que se possa ou não “poupar”, porque codificam seus acontecimentos de outra forma, como mostrarei mais adiante..

Cabe, entretanto, reiterar a explicação do autor de que os Nuer determinam o período do ano que atravessam de acordo com as tarefas em execução (pesca, migração, etc.), e as tarefas, por sua vez, são determinadas pelas condições naturais.

É também interessante a referência do autor a um filósofo africano chamado John Mbiti sobre as concepções de tempo nas culturas africanas tradicionais, que não possuem proximidade com nosso conceito de tempo no Ocidente, linear: nestas culturas, por exemplo, não existe uma concepção de futuro como existe para nós. Até mesmo, em outras culturas, como em Trobriand, de acordo com Rodrigues citando Dorothy Lee, chega a não ser possível que se comporte significação à temporalidade! (RODRIGUES, 1989, p.141)

A partir das reflexões apresentadas até aqui, a seguir analisarei em linhas gerais e comentarei as concepções de temporalidade apresentadas nos referidos trabalhos de Evans-Pritchard e Le Goff, seguindo com uma análise sobre como o tempo pode ser encarado de formas bastante distintas de como o concebemos.

2. O tempo e os Nuer

Em meu objetivo de apresentar outras concepções de tempo que possam ser mobilizadas por professores de Sociologia no ensino médio, as noções de tempo dos Nuer surgem como uma referência importante. O próprio Evans-Pritchard destaca a importância de tal concepção ao dizer, em uma citação que pode ser discutida e problematizada junto a alunos do ensino médio, que

(...) os nuer não possuem uma expressão equivalente ao ‘tempo’ de nossa língua e, portanto, não podem, como nós, falar do tempo como se fosse algo concreto, que passa, pode ser perdido, pode ser economizado e assim por diante. Não creio que eles tenham a mesma sensação de lutar contra o tempo ou de terem de coordenar as atividades com uma passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são principalmente as próprias atividades sociais, que, em geral, têm caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos aos quais as atividades devem se conformar com precisão (EVANS-PRITCHARD, 1993, p.116).

Ou seja, as atividades realizadas pelos Nuer não são controladas por um sistema abstrato de tempo, ainda que seja possível identificarmos com eles um sistema de contagem de tempo que está relacionado ao ciclo de atividades sociais que realizam.

Importante destacar que ao descrever os conceitos Nuer de tempo, Evans-Pritchard ainda diferencia dois conceitos de tempo para os Nuer: o “tempo ecológico” e o “tempo estrutural”, se referindo ao tempo ecológico como reflexos das suas relações com o meio ambiente (que influenciam suas relações sociais) e ao tempo estrutural como reflexos das suas relações mútuas dentro da estrutura social.

Os Nuer dividem o ano (*ruon*) em duas estações principais, chamadas de *tot* e *mai*, períodos que correspondem a épocas de chuvas e de seca, respectivamente, e são consideradas importantes por terem relação com o movimento das pessoas na aldeia, pois segundo Evans-Pritchard, o conceito de estações depende mais das atividades sociais do que das mudanças climáticas que as determinam. Dessa forma, o ano para os Nuer se baseia em um período no qual residem na aldeia (*cieng*) e em outro no qual residem no acampamento (*wec*).

Evans-Pritchard apresenta duas estações de tempo subsidiárias, denominadas *rwil* e *jiom*, *rwil* correspondendo a meados de março a meados de junho e referindo-se ao período de mudança do acampamento para aldeia, da preparação do solo e do plantio e *jiom* correspondendo a meados de setembro a meados de dezembro e significando “vento”, sendo o período de colheita e de preparação dos primeiros acampamentos. Os Nuer possuem ainda um calendário que se fundamenta nos ciclos de mudanças ecológicas.

Todas essas particularidades da concepção dos Nuer sobre o tempo podem ser apresentadas para os alunos de ensino médio em uma aula, inclusive com o suporte de fotografias dos Nuer que estão contidas na obra de Evans-Pritchard e o auxílio de mapas a serem exibidos para os alunos, a fim de que saibam onde se situa este povo.

Segundo Evans-Pritchard, os Nuer não utilizam muito os nomes dos meses para indicar o tempo de ocorrência de algum acontecimento, como por exemplo, “maio - mês da noivas” (como ocorre em nossa cultura ou como se atribuía, segundo Le Goff, importância ao mês de maio na sociedade medieval). Mas se referem a alguma atividade de destaque ocorrida naquele período, como, por exemplo, a “época do casamento”, a “época da colheita”, etc. Não há, ainda, entre os Nuer, unidades de tempo dentro do mês, nem dia ou noite: quando desejam mencionar que algum acontecimento ocorreu há dias, o fazem referindo-se a outros acontecimentos, como,

por exemplo, contando o número de “sonos” ou “sóis” que se passaram. Para entender como se dá a passagem do dia nuer, é preciso observar a sucessão das atividades pastoris, já que – segundo Evans-Pritchard – o gado funciona como um verdadeiro relógio diário.

Como é possível perceber, para se compreender o sistema de contagem de tempo dos Nuer é preciso não apenas conhecer as mudanças ambientais e climáticas, mas qual o significado atribuído por eles a essas mudanças. Pois os significados que representam tais mudanças ambientais e climáticas acabam sendo apenas uma das possíveis respostas às condições ambientais, não podendo ser explicadas apenas por essas condições, mas derivando também de princípios estruturais.

Mas existe um momento, segundo o autor, em que os conceitos de tempo deixam de ser determinados por fatores ecológicos, não sendo mais um reflexo da dependência do homem da natureza, e tornam-se mais determinados pelas inter-relações estruturais, sendo uma espécie de “reflexo” da interação dos grupos sociais. O tempo, para os Nuer, possui uma ordenação de acontecimentos que possuem significados importantes para o grupo. Dessa forma, casamentos, nascimentos, lutas e outras cerimônias acabam por ser referência no momento de realizar alguma medição de tempo.

Os Nuer possuem ainda um sistema estrutural de contagem de tempo que ajuda a indicar, mesmo que de modo rudimentar, quando determinados fatos ocorreram. Trata-se de um “sistema de conjuntos etários” (EVANS-PRITCHARD, 1993, p.119), onde o tempo não é calculado em anos e sim em conjuntos. Dessa forma, um Nuer pode relatar que determinado fato ocorreu após, ou antes, o nascimento de um determinado conjunto etário. Mas não é possível através desse sistema estrutural obter com precisão quando determinado fato ocorreu, pois o sistema Nuer de linhagem é uma estrutura fixa, onde existe um número determinado de graus entre pessoas vivas e o fundador do clã. Como explica Evans-Pritchard, são pontos estruturais fixos através dos quais passam conjuntos reais de pessoas em eterna sucessão. Assim, os fatos indicam a relação estrutural existente entre os grupos.

Para Evans-Pritchard, todo tempo é estrutural, uma vez que corresponde à ideia de atividades coordenadas ou cooperativas. Logo, é necessário que possua significado semelhante para todos os membros de um grupo, caso contrário, tal conceito não pode sequer existir. Assim, a realização de determinadas atividades ocorre em horas muito aproximadas para todas as pessoas, que mantêm contatos recíprocos.

Como nos aponta Evans-Pritchard, a partir do povo Nuer, o tempo estrutural está relacionado aos reflexos de suas relações mútuas dentro da estrutura social. E, sobretudo, os Nuer possuem uma concepção de tempo completamente distinta da *nossa*, a qual pode surpreender e apresentar outra realidade para nossos alunos.

3. O tempo e a Idade Média

Continuando com a tarefa de apresentar e comentar distintas formas de temporalidade, seguirei agora com uma apresentação do que nos traz Jacques Le Goff sobre o tempo na sociedade medieval em *A Civilização do Ocidente Medieval* e *Para um Novo Conceito de Idade Média*.

Para um aluno do ensino médio, além de conhecer concepções distintas de outros povos, é interessante a possibilidade de identificar distinções entre concepções do que costumamos denominar “Ocidente”, quando nos debruçamos sobre outros períodos históricos, como a Idade Média.

Se o tempo no “Ocidente” parece algo tão cristalizado a ponto de o levarmos conosco nos nossos pulsos, em nossos relógios, ou nas telas de nossos celulares, ansiosos em sabermos as horas e os minutos em que se dividem nossos dias, isso nem sempre foi assim. E nos atentarmos a isso pode provocar estranhamento ao que é familiar aos nossos alunos.

No sexto capítulo da segunda parte de *A Civilização do Ocidente Medieval*, Le Goff trata de estruturas temporais entre os séculos X e XIII, indicando diferentes tempos sociais, como um tempo natural e um tempo rural, um tempo senhorial, um tempo religioso e um tempo clerical. E em capítulos de *Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*, o autor discute o tempo da Igreja e o tempo do mercador e o tempo de trabalho na “crise” do século XIV, na passagem do tempo medieval ao tempo moderno.

No referido trecho de *A Civilização do Ocidente Medieval*, é enfatizado que o tempo medieval era, em primeiro lugar, o tempo agrícola: nesse período, a terra se tratava de algo fundamental para a vida social, tanto para ricos quanto para os pobres, já que dela que se extraía os meios de subsistência e/ou riqueza. Assim, “a primeira referência cronológica é uma referência rural.” (LE GOFF, 1995, p.221) Diz Le Goff que

Este tempo rural é, em primeiro lugar, o tempo de duração longa. O tempo agrícola, o tempo campesino, é um tempo de esperas e de paciências, de

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 17-26.

permanências, de novos começos, de lentidões: senão de imobilismo, pelo menos de resistência à mudança. Não sendo tempo de sucessos, escapa a necessidade de data, ou melhor, as datas são datas que oscilam suavemente ao ritmo da natureza. Pois o tempo rural é o tempo natural. As grandes divisões são o dia e a noite e as estações (LE GOFF, 1995, p.221).

E ao lado do tempo rural, Le Goff indica que se impunham outros tempos sociais na Idade Média: o *tempo senhorial* e o *tempo clerical*. O tempo senhorial se tratava de um “tempo militar”, privilegiando, durante o ano, o período de recomeço dos combates, em que se exigia o serviço do vassalo e também, segundo o autor, se tratava do tempo das prestações dos camponeses, os pontos de referência do ano, das grandes festas. Já o tempo religioso/clerical correspondia ao “ano litúrgico”, porque as datas das cerimônias religiosas especiais eram “pontos de referência da vida econômica”, servindo como, por exemplo, prazos de quitação de prestações agrícolas, dias de feriados para trabalhadores, etc. O clero se tratava de um “senhor dos indicadores do tempo” (LE GOFF, 1995, p.226) com o tempo medieval sendo inclusive ritmado pelos sinos, uma vez que os “toques dos sinos, feitos para os padres, os monges, os ofícios, eram os únicos pontos de referência do dia.” (*ibidem*). |O que caracterizava o tempo agrícola, o tempo senhorial ou o tempo clerical era o que Le Goff chama de uma “dependência do tempo natural.”

Le Goff ainda discute a modificação que o tempo medieval sofreu durante o século XIV, em que a urbanização e a ascensão da burguesia mercantil, além de empregadores, exigiram maior exatidão na medição do tempo do trabalho e das operações comerciais, causando desagregação ou até mesmo unificação dos tempos tradicionais. Sendo tal modificação sentida de maneira mais evidente também por conta do próprio surgimento dessas novas “redes associativas” que acabaram por exigir uma nova concepção de tempo, como o que Le Goff denomina como o *tempo do mercador* em *Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*: os mercadores que outrora haviam sido favorecidos e protegidos pela Igreja, nos primeiros anos do século XIV passaram a ser acusados de seu ganho pressupor uma hipoteca sobre o tempo que só pertenceria a Deus (LE GOFF, 1980, p.43).

Esse conflito entre o “tempo da Igreja” e o “tempo dos mercadores” firmou-se como um dos importantes acontecimentos da “história mental” da Idade Média, nos quais se forjou a “ideologia do mundo moderno”, sob pressão da alteração de estruturas e práticas econômicas. (LE GOFF, 1980, p.45) Por isso, aponta Le Goff que, apesar de (da mesma maneira que o camponês) o mercador ter estado submetido durante muito tempo em sua atividade profissional

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 17-26.

sobretudo “ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos cataclismos naturais” (LE GOFF, 1980, p.51), tempo este no qual se via submisso a uma ordem da natureza e de Deus, passou a ter o tempo como objeto de medida por conta da organização de uma rede comercial, quando a medição exata do tempo passou a interessar ao bom andamento dos negócios.

Outro momento importante para a transição do tempo medieval para o tempo moderno se deu a partir de conflitos que envolveram o tempo do trabalho no final do século XIII: a princípio, de acordo com Le Goff, os próprios operários pediram o prolongamento da jornada de trabalho, como forma de aumentar seus rendimentos salariais, fazendo o trabalho noturno ser autorizado. Porém, logo depois surgiram reivindicações contrárias e os patrões então buscaram regulamentar o dia de trabalho, quando se multiplicaram os chamados “Werkglocken” ou “sinos de trabalho” (LE GOFF, 1980, p.64). Surgiu aí, inclusive, ao menos nas cidades têxteis o “tempo dos tecelões”.

O novo tempo surgido, ou seja, as novas concepções de temporalidade surgidas, entretanto, foram motivo de conflitos sociais contra os “Werkglocken”, a despeito do aumento da quantidade desses sinos, que se multiplicaram enquanto a duração do dia de trabalho se tornava razão de agitação social e embates dos trabalhadores desejosos da separação entre tempo laboral e tempo de descanso. E assim uma nova concepção de tempo foi se impondo na modernidade e o tempo laicizou-se por razões práticas, com a substituição do tempo da Igreja pelo tempo medido com exatidão, o tempo dos relógios: “o tempo, que só pertencia a Deus, é agora propriedade do homem” (LE GOFF, 1980, p.72), e o relógio passou à medida de todas as coisas.

Considerações Finais

Busquei neste artigo analisar e comentar formas de temporalidade apresentadas por Evans-Pritchard e Le Goff nas referidas obras desses autores, relacionando essas formas de temporalidade a uma possibilidade de experiência pedagógica para aulas de Sociologia no ensino médio. Assim, aponte o quanto o tempo pode existir em um outro vínculo, seja *o tempo ecológico* ou *tempo estrutural* dos Nuer ou o *tempo senhorial* ou *tempo clerical* ou ainda o *tempo do mercador* em diferentes momentos da Idade Média, e o quanto a existência de tais vínculos pode ser explorada nas aulas de Sociologia.

O que é interessante destacar para os alunos do ensino médio é que isso que hoje no “Ocidente” concebemos como “o tempo”, dividido em dias, horas, segundos ou presente, passado, futuro, e que julgamos um “dado natural” conforme apresentamos acima ao nos referirmos ao texto de Rodrigues (1989); surgiu com um processo social (e com conflitos envolvendo relógios e trabalhadores – até hoje protagonistas de uma relação tensa – já desde então!), não tendo senão – conforme defendiam Durkheim e Mauss, de acordo com Rodrigues – origens sociais.

Conhecer, portanto, outros vínculos (seja dos Nuer ou da sociedade medieval) com o tempo permite “desnaturalizar” as concepções que temos sobre nossa própria (entendida como única possível?) relação com o tempo, exercitando nossa capacidade de tratarmos algo que parece tão familiar (o tempo nosso de cada dia) como se fosse exótico, depois de nos aproximarmos de concepções de tempo que parecem de fato tão “exóticas” para nós quanto as dos Nuer ou da Idade Média, seguindo a tão referida “trajetória antropológica de ‘transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico’” (VELHO, 1994, p.124). E esse exercício é fundamental nas aulas de Sociologia no ensino médio.

Referências Bibliográficas

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 1993.

LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Lisboa: Estampa, 1995.

LE GOFF, Jacques. Para um Novo Conceito de Idade Média. Lisboa: Estampa, 1980.

RODRIGUES, José Carlos. Antropologia e Comunicação: princípios radicais. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.